

Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Augusto Vreche Diretor
Executivo do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

Pregão Eletrônico n.º 23/2020

Ata de n.º 78/2020

Requerente: Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

Objeto: **pedido de reconsideração ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro**

INOVAMED HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Dr. João Caruso, n.º 2115, bairro Industrial, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ao indeferimento do pedido reequilíbrio econômico-financeiro ou liberação de compromisso (cancelamento) dos itens 094 - *Hidroclorotiazida 25 Mg VO Cp /Isen*, n.º 116 - *Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen* e n.º 014 - *Alopurinol 300 Mg VO Cp*, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passamos a expor:

I – Da breve síntese:

Em 22 de fevereiro de 2021, a empresa peticionante postulou, em apertada síntese, junto a esta Administração Pública o reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens medicamentosos do processo licitatório em epígrafe, porquanto o equilíbrio econômico-financeiro do contrato foi quebrado, em face do aumento imprevisível do custo do medicamento, postulando, subsidiariamente, então, a liberação do compromisso.

Entretanto, o pedido foi indeferido, em apertada síntese, porquanto Vossa Excelência, acolhendo parecer jurídico,

entendeu que a requerente não teria comprovado de forma efetiva a majoração e, ainda, que a alteração não decorreria de situação imprevisível.

Em outras palavras, que a licitante não teria demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível.

Em razão disso, não resta alternativa senão postular a reconsideração da decisão exarada por Vossa Excelência, referente aos itens acima indicados, deixando de postular a reconsideração em relação ao item n.º 015 - Cloridrato de Amiodarona 200 Mg VO Cp, conforme passamos a mostrar.

II – Dos fatos e fundamentos jurídicos:

Excelência, no caso em tela, trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro de medicamentos, no qual a licitante, pelas notas fiscais de aquisição, contemporâneas a abertura da licitação e atuais (próximas da data do pedido de reequilíbrio), demonstra que durante a vigência do certame o custo de aquisição dos itens juntos aos laboratórios cotados teve aumento, o que, por isso, alterou o equilíbrio inicial pactuado.

Por se tratar de certame para registro de preços, inclusive que a peticionante possui ata de registro de preços vigente, é aplicável a espécie o Decreto Federal n.º 7.892/2013, já citado pela requerente em seu pedido inicial, o qual estabelece nos seus Arts. 17 e 19 que:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Com efeito, por se tratar de medicamentos, em que o custo de aquisição do item é o principal, senão o único, fator de definição do preço proposto.

Ou seja, o custo de aquisição dos medicamentos junto a indústria é o principal, senão o único, elemento que pode alterar o equilíbrio do contrato, porquanto os demais custos geralmente não sofrem alterações.

Ademais, no caso em tela, é facilmente perceptível que o custo de aquisição dos medicamentos sofreu modificação depois da abertura do certame, eis que, como dito, a licitante apresentou prova **documental** do aumento do custo de aquisição dos medicamentos.

Com efeito, na espécie, as notas fiscais juntadas são provas inconteste do aumento do custo dos medicamentos, cujo aumento do custo decorre do avanço da pandemia do novo coronavírus, que ensejou e criou incontáveis dificuldades na importação de matéria-prima, atrasando embarques e a produção medicamentos, o que é totalmente imprevisível.

Ora, por mais que a pandemia já era uma realidade, quando da realização do certame, não era imaginável e previsível que gerasse tantos e nefastos efeitos na economia, em especial nas importações e exportações.

Aliás, em razão do avanço da pandemia do novo coronavírus, diversos itens medicamentosos tiveram aumento de custo, que não era esperado, porquanto não era previsível que haveria uma

pandemia, tampouco eram previsíveis seus efeitos, inclusive, pois, gerou um aumento do consumo de diversos itens medicamentosos.

Frisa-se que o custo dos medicamentos teve considerável aumento em decorrência da diminuição na produção, eis que houve dificuldade de importação de matéria prima, porquanto a China e a Índia (maiores exportadores de insumos médicos) suspenderam as exportações, , conforme amplamente noticiado¹, enquanto, por outro lado, a demanda só aumenta.

Na espécie, convém ressaltar que a quantidade faturada pelos laboratórios não é elemento que altera o preço de aquisição, eis que, como dito, o laboratório faturou a quantidade que podia, ante a redução da produção, o que também contribuiu para o aumento do custo.

Tais situações não eram previstas e, tampouco previsíveis quando a peticionante participou do certame.

Veja-se que, com a devida vênia, a licitante, no pedido de reequilíbrio, bem como, conforme agora também o faz, demonstra, de forma clara e precisa, o custo dos medicamentos ao tempo da participação da licitação e, ainda, os novos custos e impacto no equilíbrio econômico-financeiro, sendo que tal impacto (aumento) de custo não era previsível e, ainda, que o fosse causa consequências incalculáveis.

Na espécie, como dito, o custo do medicamento é o princípio, senão o único, elemento que define o preço da proposta, sendo que não há outros elementos a formarem o cálculo do impacto, mas tão somente, o percentual de aumento do custo do medicamento e quando este percentual de aumento impacta na margem de remuneração.

Aliás, salutar o que ensina o professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, São Paulo, Dialética, grande

¹ <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/china-interrompe-exportacoes-e-pode-faltar-insumos-hospitales-no-brasil-234368/>;
<https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-dificulta-importacao-de-insumos-para-medicamentos-india-ja-travou-entrega-de-31-toneladas-1-24346365>;
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>
<https://epoca.globo.com/colunistas/artigo-coronavirus-podera-causar-falta-de-medicamentos-no-brasil-24298927>

administrativista deste País, conhecido e reconhecido, que:

“Logo, a configuração da equação econômico-financeira inicia-se quando a Administração edita o ato convocatório, definindo quantitativa e qualitativamente os encargos que recairão sobre o particular que vier a ser contratado. A definição das retribuições se faz com a apresentação das propostas (que podem reportar-se a outros dados anteriores, inclusive). Portanto, aperfeiçoa-se a equação econômico-financeira quando, após a Administração selecionar uma proposta como vencedora, o contrato é firmado. No entanto, o conteúdo dos ângulos ativo e passivo da relação reporta-se a momentos anteriores, especialmente ao da apresentação das propostas. Por isso, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pode conduzir a que, já no momento da contratação, haja necessidade de adequar o conteúdo do instrumento às variações ocorridas”.

Porém, tal equação, conforme denota-se e o próprio Doutrinador refere não é estanque, EM ESPECIAL NO REGISTRO DE PREÇOS.

Veja-se que a Lei Federal n.º 8.666/93, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, regulamentando o inciso XXI do Art. 37 da CF, estipula no seu Art. 65, inciso II, alínea “d”, que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço OU FORNECIMENTO, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-

FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A revisão em decorrência do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que é o que busca a requerente, eis que, por situação imprevisível ou previsível com efeitos incalculáveis (Art. 65, II, 'd', da Lei n.º 8.666/93), o equilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente pactuado foi rompido.

Na espécie, entendeu-se de forma totalmente genérica, sem apreciar de forma efetiva o pedido anterior, que não restou demonstrado a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro, não restando demonstrado que enseja situação de onerosidade excessiva.

Porém, com o máximo respeito, o parecer e a decisão são equivocados.

Na espécie, o aumento do custo do produto ocorreu depois da licitação, isto é, na execução contratual, conforme nota fiscal anexa ao presente petitório, sendo que a nota fiscal é prova idônea e incontroversa, não necessitando, na espécie, de outros elementos, porquanto, apenas o custo da aquisição dos medicamentos é que sofreu alteração e, tal custo, salienta-se se prova mediante as notas fiscais.

Já o motivo do aumento do custo dos medicamentos decorre, como já dito do avanço da pandemia do coronavírus, que ensejou problemas de importação estão atingindo toda a indústria farmacêutica, em decorrência de suspensão de exportações de insumos (princípios ativos) de medicamentos por países como Índia e China, conforme amplamente noticiado², as quais não há previsão de normalização, em decorrências de medidas adotadas para combate ao

² <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/china-interrompe-exportacoes-e-pode-faltar-insumos-hospitales-no-brasil-234368/>;
<https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-dificulta-importacao-de-insumos-para-medicamentos-india-ja-travou-entrega-de-31-toneladas-1-24346365>;
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>
<https://epoca.globo.com/colunistas/artigo-coronavirus-podera-causar-falta-de-medicamentos-no-brasil-24298927>

corona vírus Covid 19 em todo o mundo.

Em razão disto, os custos dos insumos (princípios ativos) e, por consequência, dos medicamentos tem oscilado, em decorrência da lei da oferta e da procura, porquanto a procura é alta enquanto a oferta é diminuta, em decorrência da pandemia causada pelo avanço do vírus Covid-19, o que gera atrasos por parte dos laboratórios, porquanto não recebem a matéria-prima e, ainda, quando recebem é com largo atraso.

Excelência, o que a licitante postula é o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do aumento imprevisível do custo do medicamento, tal como ocorre comumente com os preços dos combustíveis, que, rotineiramente, sofrem alterações juntos as distribuidoras e, em razão disso, os preços são revistos para cima e para baixo, a dependente da flutuação, nos diversos contratos administrativos.

No caso dos medicamentos, estes, de igual forma, assim como ocorre comumente com os combustíveis, sofrem flutuações em seus preços que não são previsíveis junto aos laboratórios fabricantes/fornecedores, ensejando, por isso, a necessidade de revisão do preço pactuado por meio do reequilíbrio econômico-financeiro, mormente neste período de pandemia.

Por isso, a peticionante entende que o pedido de reequilíbrio deve ser apreciado e deferido, porquanto, na espécie, não era previsível, quando a licitante participou do certame, que os laboratórios cotados viessem a repassar a licitante o aumento do custo na aquisição do medicamento, que não decorre de questão inflacionária, mas que, conforme abaixo, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No caso, os custos dos itens junto aos laboratórios cotados, após a abertura do certame sofreram aumento consideráveis, o que não era previsível e, ainda, que fosse previsível, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro estabelecido quando dos lances, causando efeitos incalculáveis, conforme tabela constante no pedido de reequilíbrio que segue anexo.

Na espécie, os valores propostos a título de reequilíbrio, a licitante mantém os percentuais do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Assim, para fins de tranquilidade a Vossa Excelência, não há risco algum em conceder o reequilíbrio.

Ao contrário, risco de ilegalidade há se não deferir, posto que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro não se trata de uma faculdade, de uma liberalidade do órgão público, mas de um dever de agir, até para evitar danos maiores, tanto financeiros em eventuais querelas (administrativas e ou judiciais), como de atendimento, na medida que possibilita a continuidade do fornecimento do medicamento a população.

Tanto é assim que na orientação de Marçal Justen Filho:

*"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade. (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior). Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, **deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.**" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Dialética, São Paulo, 2000, pág. 551)*

Na espécie, não era previsível que, durante a execução contratual, o preço do medicamento tivesse aumento extremamente considerável, em decorrência do aumento do custo na produção, mormente pelas dificuldades de importação de matéria prima, decorrente, inclusive, do avanço do COVID-19, que ensejou uma ruptura aos preços dos medicamentos em geral.

Assim, requer o deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do(s) valor(es) indicado(s) no quadro acima, vez que se trata de um dever de agir, nos exatos termos da lei.

Ou seja, não há espaço para a Administração indeferir o pedido, excetuando a liberação do licitante do compromisso de fornecimento (cancelamento do registro do item do contrato), na forma que trata o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n.º 8.666/93, o que, a licitante postula de forma subsidiária, vez que o interesse primordial da licitante entregar o(s) item(ns) pelo(s) preço(s) repactuado(s).

Aliás, diga-se de passagem, a liberação do compromisso, também tem base legal, sendo que tal pedido sequer fora apreciado.

Excelência, por mais que pareça que não seja razoável liberar o fornecedor do compromisso, convém dizer que há base legal para tanto, sendo que tal deve ocorrer quando não deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, quando comprovado, como é o caso o aumento do preço de mercado do item.

Veja-se que o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013 diz que:

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Veja-se que, em decorrência do aumento do custo do medicamento, o cumprimento da ata, sem o reequilíbrio se torna

excessivamente onerosa, permitindo, em razão disto, o cancelamento do registro e liberação do compromisso.

No caso, a licitante não pode cumprir o compromisso sem o reequilíbrio, com o que, caso o órgão não queira proceder ao reequilíbrio, deverá, então, liberar a licitante do compromisso, o que se requer de forma subsidiária, isto é, só em caso de não concessão do reequilíbrio.

II – Dos pedidos:

O objetivo da requerente é sempre trabalhar de forma transparente proporcionando a melhor prestatividade de seus serviços aos órgãos e a população, com a menor onerosidade possível ao mui digno órgão Licitante, mas mantendo o equilíbrio econômico-financeiro.

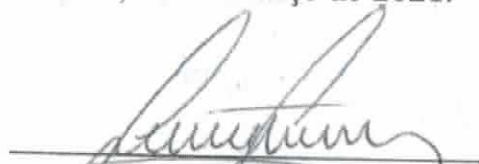
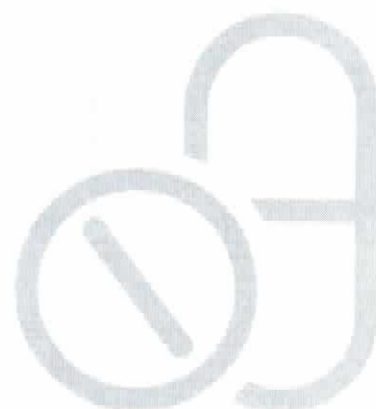
Diante do exposto, requer-se o recebimento do presente pedido de reconsideração, a fim de que:

A) Seja deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do preço sobre o valor do item acima, cuja necessidade restou plenamente justificada e comprovada, conforme documentos em anexo;

B) Subsidiariamente, em caso de indeferimento do pedido de repactuação de preços, seja deferido o pedido de liberação de compromisso do referido item com fundamentação no artigo 19, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892/13 que trata da possibilidade de liberação do compromisso em caso dos preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados, que é o caso;

Nestes Termos, pede Deferimento.

Erechim, 31 de março de 2021.


Sedinei Roberto Stievens
(Sócio-Administrador)

3795
8649
inovamed
INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02
RUA DR. JOÃO CARUSO 2115 - INDUSTRIAL
ERECHIM - RS
CEP: 99706-250
Telefone: 54 2106 7930
E-mail: licitacao04@inovamed-rs.com.br

A
Consortio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP - SP
RUA CORONEL ALBINO 550 - VILA MARISTELA
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

REQUERIMENTO DE REVISÃO DE PREÇO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO

REQUERIMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO (CANCELAMENTO)

A licitante **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Rubens Derks, 105, Industrial, CEP 99706-300, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Roberto Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1089436834 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem à presença de Vossa Senhoria, por meio deste, requerer:

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO (CANCELAMENTO) DO(S) ITEM(S) ABAIXO:

I – Dos fatos e fundamentos jurídicos:

Em 22/10/2020 a Requerente participou do Pregão Eletrônico nº 23/2020, sendo declarada vencedora, onde alguns itens conforme tabela abaixo encontram-se em desequilíbrio financeiro, sendo demonstrado com notas fiscais de compra dos produtos.

Item	Material	Fornecedor	Data de Emissão NF - Licitação	Número Nota Fiscal Licitação	Custo Unitário NF - Licitação	Valor Unitário Ganho
094	Hidroclorotiazida 25 Mg VO Cp /Isen Caixa com 500 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	22/12/2020	566860	R\$0,0133	R\$0,017
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	27/11/2020	771871	R\$0,0602	R\$0,081
015	Cloridrato de Amlodarona 200 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Geolab Industria Farmaceutica S/A	27/12/2019	335520	R\$0,3634	R\$0,551
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	22/06/2020	732621	R\$0,134	R\$0,241

Nesse momento, então fixou-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, definindo-se o percentual do custo de aquisição do(s) item(ns) no preço final e, assim, a margem de remuneração, incluído os demais custos operacionais.

Aliás, salutar o que ensina o professor Marçal Justen Filho, grande administrativista deste País, conhecido e reconhecido, que:

*Logo, a configuração da equação econômico-financeira inicia-se quando a Administração edita o ato convocatório, definindo quantitativa e qualitativamente os encargos que recairão sobre o particular que vier a ser contratado. A definição das retribuições se faz com a apresentação das propostas (que podem reportar-se a outros dados anteriores, inclusive). **Portanto, aperfeiçoa-se a equação econômico-financeira quando, após a Administração selecionar uma proposta como vencedora, o contrato é firmado. No entanto, o conteúdo dos ângulos ativo e passivo da relação reporta-se a momentos anteriores, especialmente ao da apresentação das propostas.** Por isso, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pode conduzir a que, já no momento da contratação, haja necessidade de adequar o conteúdo do instrumento às variações ocorridas"*

Porém, tal equação, conforme denota-se e o próprio Doutrinador refere não é estanque

Ao contrário, tal equação, por vezes, necessita ser revista (para cima ou para baixo), inclusive, em situações que ocorrem entre a formulação da proposta e a assinatura do contrato, visando manter as condições efetivas da proposta.

Aliás, por isso o reequilíbrio, como bem lembra o professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, São Paulo, Dialética, 202, pg. 505, "o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão no ato convocatório. Tem raiz constitucional".

Veja-se que o Art. 37, inciso XXI, da CF, dispõe que:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

()

XXI, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Com efeito, a Lei Federal n.º 8.666/93, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, estipula no seu Art. 65, inciso II, alínea "d", que

3497
3651
8

inovamed

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (...)

II - por acordo das partes;

(...).

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, preleciona o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, em seu Art. 17, fazendo expressa referência ao dispositivo do Estatuto Licitatório Federal acima transcrito, que:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ou seja, há base constitucional, legal e doutrinária permitindo a revisão dos preços estipulados no contrato, quando ocorrem situações que alteram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma não previsível.

Há de se mencionar os problemas de importação, que estão atingindo toda a indústria farmacêutica, em decorrência de suspensão de exportações de insumos (princípios ativos) de medicamentos por países como Índia e China, conforme amplamente noticiado (em anexo), as quais não há previsão de normalização, em decorrências de medidas adotadas para combate ao SARS-CoV-2 em todo o mundo.

Em razão disto, os custos dos insumos e, por consequência, dos medicamentos tem oscilado, em decorrência da lei da oferta e da procura. Porquanto a procura é alta enquanto a oferta é diminuta, em decorrência da pandemia causada pelo avanço do vírus Covid-19, o que gera atrasos por parte dos laboratórios, e assim não recebem a matéria-prima e, ainda, quando recebem é com largo atraso.

Nesse sentido, sabe-se que o presente momento afetou a economia como em todo, gerando uma grande instabilidade no mercado, devido ao aumento do dólar, o qual impacta diretamente nos preços de todos os serviços, quicã medicamentos, os quais são considerados serviços essenciais. Dessa forma, a grande demanda de medicamentos, devido a procura pelos serviços de saúde, compromete toda a cadeia produtiva e de fornecimento dos fármacos, o qual gera aumentos dos preços em razão da oferta e procura.

No caso em tela, não era previsível, quando a licitante participou do certame, que o(s) laboratório(s) cotado(s) viessem a repassar a licitante o aumento do custo na aquisição do(s) medicamento(s), que não decorre de questão inflacionária, mas que, conforme já citado, e de acordo com as informações abaixo, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3798
3652
8

No caso o(s) custo(s) do(s) item(ns), junto ao(s) laboratório(s) cotado(s), após a abertura do certame sofreu aumento considerável, o que não era previsível e, ainda, que fosse previsível, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro estabelecido quando do(s) lance(s), conforme tabela abaixo

Item	Material	Fornecedor	Data de Emissão NF - Atual	Número Nota Fiscal Atual	Custo Unitário NF - Atual
094	Hidroclorotiazida 25 Mg VO Cp /Isen Caixa com 500 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	30/01/2021	582012	R\$0,0168
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	07/01/2021	779937	R\$0,0776
015	Cloridrato de Amiodarona 200 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Geolab Industria Farmaceutica S/A	27/11/2020	378074	R\$0,4756
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	23/12/2020	777798	R\$0,2484

Em razão desta alteração no custo do(s) medicamento(s), a licitante viu o equilíbrio econômico-financeiro ruir, posto que o custo unitário do(s) item(ns) tiveram um acréscimo.

Assim, para restabelecer o equilíbrio, faz-se necessário a repactuação do preço final do(s) item(ns), com o acréscimo do percentual do aumento do custo do (s) item(ns) de forma proporcional, para conforme quadro abaixo

Item	Material	Fornecedor	Custo Unitário NF - Licitação	Custo Unitário NF - Atual	Percentual de Aumento	Valor Unitário Ganho	Valor a ser Reequilibrado
094	Hidroclorotiazida 25 Mg VO Cp /Isen Caixa com 500 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	R\$0,0133	R\$0,0168	26,32	R\$0,017	R\$0,0215
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,0602	R\$0,0776	28,90	R\$0,081	R\$0,1044
015	Cloridrato de Amiodarona 200 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Geolab Industria Farmaceutica S/A	R\$0,3634	R\$0,4756	30,88	R\$0,551	R\$0,7211
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,134	R\$0,2484	85,37	R\$0,241	R\$0,376

Frisa-se que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro não se trata de uma faculdade, de uma liberalidade do órgão público, mas de um dever de agir, até para evitar danos maiores, tanto financeiros em eventuais

3499
3653
8

quereias (administrativas e ou judiciais), como de atendimento, na medida que possibilita a continuidade do fornecimento do medicamento a população

Tanto é assim que na orientação de Marçal Justen Filho

*"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade. (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior). Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, **deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.**" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Dialética, São Paulo, 2000, pág. 551)*

Na espécie, a licitante só almeja o reequilíbrio do contrato, ante a ocorrência de fato imprevisível.

Salienta-se que o reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste que trata o Art. 40, inciso XI, c/c Art. 55, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, posto que o reajuste é geralmente anual, mediante a incidência de algum índice inflacionário acumulado sobre o valor do objeto do contrato.

No caso, não se trata de reajuste, mas de, nas palavras de Marçal Justen Filho, antes transcritas, "rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, que enseja a necessidade de repactuação do(s) preço(s), o qual é comprovado pelas notas fiscais e demais documentos anexos.

Assim, requer o deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do(s) valor(es) indicado(s) no quadro acima, vez que se trata de um dever de agir, nos exatos termos da lei.

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento

Ou seja, não há espaço para a Administração indeferir o pedido, excetuando a liberação do licitante do compromisso de fornecimento (cancelamento do registro do(s) item(ns) do contrato), na forma que trata o Art. 19 do Decreto Federal n.º 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n.º 8.666/93, o que, a licitante postula de forma subsidiária, vez que o interesse primordial da licitante entregar o(s) item(ns) pelo(s) preço(s) repactuado(s).

Veja-se que o Art. 19 do Decreto Federal n.º 7.892/2013 diz que

3800
3654
Q

inovamed

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa

No caso, a licitante não pode cumprir o compromisso sem o reequilíbrio, com o que, caso o órgão não queira proceder ao reequilíbrio, deverá, então, liberar a licitante do compromisso, o que se requer de forma subsidiária, isto é, só em caso de não concessão do reequilíbrio

II – Dos pedidos:

O objetivo da requerente é sempre trabalhar de forma transparente proporcionando a melhor prestatividade de seus serviços aos órgãos e à população, com a menor onerosidade possível ao mui digno órgão Licitador, mas mantendo o equilíbrio econômico-financeiro

Diante do exposto, requer-se:

A) Seja deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do preço sobre o valor do(s) item(s) acima, cuja necessidade restou plenamente justificada e comprovada, conforme documentos em anexo;

B) Subsidiariamente, em caso de indeferimento do pedido de repactuação de preços, seja deferido o pedido de liberação de compromisso do(s) referido(s) item(s) com fundamentação no artigo 19, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892/13, que trata da possibilidade de liberação do compromisso em caso dos preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados, que é o caso;

C) Sejam as notas de empenho, por ventura, já impressas e as subsequentes emitidas com os preços devidamente recompostos

Nestes Termos, pede Deferimento

ERECHIM/RS, 22 de Fevereiro de 2021



Sedinei R. Stievens
Sócio Gerente

RECEIPIOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A OS PRODUTOS E OS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
Nº 000.335.520
Série 001
RUBENS DERKS, 105 INDUSTRIAL CRECHIM-RS

NF-e

Nº. 000.335.520
Série 001

RECEIPIOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A
V. PRINCIPAL 1-B S/N
DATA - 7/12/2019
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 06240154000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

1 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.335.520
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5219 1203 4855 7200 0104 5500 1000 3355 2014 5737 5086

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152192789527990 - 27/12/2019 15:47:25

Venda produção do estabelecimento /

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103233270

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

46305

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO CONTRIBUÍVEL

CPF

03.485.572/0001-04

DONATÁRIO / REMETENTE

INNOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS L

CNPJ / CPE

12.889.035/0001-02

DATA DA EMISSÃO

27/12/2019

INNOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS L

BARRIO - DISTRITO

INDUSTRIAL

CEP

99706-300

DATA DA SAÍDA ENTRADA

RUBENS DERKS, 105

UF

RS

5421065744

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0390157570

DATA DA SAÍDA ENTRADA

CRECHIM

EXATRA / DUPLICATA

001
10/02/2020
RS 45.368,75

002
25/02/2020
RS 45.368,75

003
11/03/2020
RS 45.368,75

004
26/03/2020
RS 45.368,75

005
26/03/2020
RS 45.368,75

006
26/03/2020
RS 45.368,75

007
26/03/2020
RS 45.368,75

008
26/03/2020
RS 45.368,75

009
26/03/2020
RS 45.368,75

010
26/03/2020
RS 45.368,75

VALOR DO IMPOSTO

VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO
181.475,00	21.777,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.810,98	181.475,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.966,03	181.475,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

GEOLAB IND. FARMACEUTICA S/A.

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

V. P. 1-B QD-8B MOD 1-8 S/N

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

0 - Por conta do Rem

NF-e

000732623
Série 003

Emissão em 20/06/2020 13:06:46

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda

Rua Minasgêris, Lda 125
C. Ind. Badalon, Aracaju - 85961430
Tolado - PB - CEP: 58017021-331

DANFE

Documento Fiscal em Formato de Nota Fiscal

1 (etiquetas)

06 - F.N. (FISCAL)
1 - SAIDANº: 000732623
Série 003
Página 1/106 - F.N. (FISCAL)
1 - SAIDA4120 0673 8565 9300 0166 5500 3000 7326 2110 6286 99014
Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz: Autenticidade

000732623014 01000236 4-0101 1-00

141200110623083 - 22/06/2020 13:06:46

73.856,593/0001-66

Venda produção do estabelecimento

4180632706

DESTINATÁRIO REMETENTE

NOME RAZÃO SOCIAL

0000185040-NOVAMED COM DE MED LTDA

INSCRIÇÃO

RUBENS DE RKS, 105 - LIT ITALIA

MUNICÍPIO

ERECIM

FAVORA DE DUPLICATA

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

NOME

IMPRESSÃO EM ANEXO DE RECEBIMENTO

IMPRESSÃO EM ANEXO DE RECEBIMENTO

O presente documento é uma cópia impressa de um documento eletrônico. A validade jurídica deste documento é atestada pelo sistema de emissão de NF-e. A Sefaz do Estado de Santa Catarina, por meio do sistema de emissão de NF-e, garante a autenticidade e a integridade das informações contidas neste documento. A Sefaz do Estado de Santa Catarina, por meio do sistema de emissão de NF-e, garante a autenticidade e a integridade das informações contidas neste documento.

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Item 1 - Contribuinte: 0000185040-NOVAMED COM DE MED LTDA
 2 - Endereço: Rua Minasgêris, Lda 125 - C. Ind. Badalon, Aracaju - 85961430
 3 - Município: Tolado - PB - CEP: 58017021-331
 4 - Nome: RUBENS DE RKS, 105 - LIT ITALIA
 5 - Nome: ERECIM
 6 - Nome: FAVORA DE DUPLICATA
 7 - Nome: NOME
 8 - Nome: NOME
 9 - Nome: NOME
 10 - Nome: NOME
 11 - Nome: NOME
 12 - Nome: NOME
 13 - Nome: NOME
 14 - Nome: NOME
 15 - Nome: NOME
 16 - Nome: NOME
 17 - Nome: NOME
 18 - Nome: NOME
 19 - Nome: NOME
 20 - Nome: NOME
 21 - Nome: NOME
 22 - Nome: NOME
 23 - Nome: NOME
 24 - Nome: NOME
 25 - Nome: NOME
 26 - Nome: NOME
 27 - Nome: NOME
 28 - Nome: NOME
 29 - Nome: NOME
 30 - Nome: NOME
 31 - Nome: NOME
 32 - Nome: NOME
 33 - Nome: NOME
 34 - Nome: NOME
 35 - Nome: NOME
 36 - Nome: NOME
 37 - Nome: NOME
 38 - Nome: NOME
 39 - Nome: NOME
 40 - Nome: NOME
 41 - Nome: NOME
 42 - Nome: NOME
 43 - Nome: NOME
 44 - Nome: NOME
 45 - Nome: NOME
 46 - Nome: NOME
 47 - Nome: NOME
 48 - Nome: NOME
 49 - Nome: NOME
 50 - Nome: NOME
 51 - Nome: NOME
 52 - Nome: NOME
 53 - Nome: NOME
 54 - Nome: NOME
 55 - Nome: NOME
 56 - Nome: NOME
 57 - Nome: NOME
 58 - Nome: NOME
 59 - Nome: NOME
 60 - Nome: NOME
 61 - Nome: NOME
 62 - Nome: NOME
 63 - Nome: NOME
 64 - Nome: NOME
 65 - Nome: NOME
 66 - Nome: NOME
 67 - Nome: NOME
 68 - Nome: NOME
 69 - Nome: NOME
 70 - Nome: NOME
 71 - Nome: NOME
 72 - Nome: NOME
 73 - Nome: NOME
 74 - Nome: NOME
 75 - Nome: NOME
 76 - Nome: NOME
 77 - Nome: NOME
 78 - Nome: NOME
 79 - Nome: NOME
 80 - Nome: NOME
 81 - Nome: NOME
 82 - Nome: NOME
 83 - Nome: NOME
 84 - Nome: NOME
 85 - Nome: NOME
 86 - Nome: NOME
 87 - Nome: NOME
 88 - Nome: NOME
 89 - Nome: NOME
 90 - Nome: NOME
 91 - Nome: NOME
 92 - Nome: NOME
 93 - Nome: NOME
 94 - Nome: NOME
 95 - Nome: NOME
 96 - Nome: NOME
 97 - Nome: NOME
 98 - Nome: NOME
 99 - Nome: NOME
 100 - Nome: NOME

(0) Emitente

ANGELA GABARDO PAROLIN 201

VOLUME

72

DADOS DOS PRODUTOS, SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO

QUANTIDADE

VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL

VALOR DESPESAS

VALOR LÍQUIDO

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

(0) Emitente

CITUBA

PR

400.896

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

(0) Emitente

PR

400.896

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

(0) Emitente

PR

400.896

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

(0) Emitente

PR

400.896

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

VALOR ICMS

VALOR IPTU

VALOR OUTROS

VALOR TOTAL

VALOR IPI

NF-e
Nº
000.777.798
Série 003

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda
Rua Misogino, Lanká 145
A. Rod. Nilton Ariada - 85043-600
Toldeio - PR Fone Fax: (0800) 7213341

DANFE
Documento Fiscal
Fiscal



1 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 000.777.798
Série 003

4120 1273 8565 9300 0166 5500 3000 7777 9812 2044 7130
Consultar de autenticação no portal Nacional de NF-e

Assim, fica estabelecido que, em caso de qualquer dúvida, deverá ser encaminhada para o destinatário.

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

DESTINATÁRIO REMETENTE	4180632706	8136	9000024469	73.856.593/0001-66
INSCRIÇÃO ESTADUAL	4180632706			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL				
INSCRIÇÃO DO ESTADO				
INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO				

THESE RESEARCHES HAVE BEEN FINANCED BY THE

Prati, Donaduzzi & Cia Lda

2201 Montgomery Parkway #12
 Culver Station, Nevada 89501-0030
 Nevada 89501-0030 Fax: (866) 747-1449

DANIEL

Abstract

UNIVERSITY OF
SOUTH ALABAMA

N° 000.777.798

Serie 003



1120 1273.8565 9.300 0.166 5500 3000 7777 9812 7044 7130

Journal of Management Education 30(1) 1-12

www.mic.fairchild.gov by postcard to the State Authorization

Venda produção do estabelecimento

Table 1

4180632746

[illegible]

81.36

695T-200006

73.856.593/0001-66

TABLE III Mean values obtained from the three experiments

[illegible][illegible]

WITH AN AFTERWORD BY THE AUTHOR

[illegible][illegible]

3808
3662 P
94

NE-C

0000 7799 937
Serie 003

RECIBO DE VENTA

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda

Rua Moscatelli, 1445
1 - Ind Nelson Arrocha - R-5005-6-65
Fone (011) 7921-096 Fax (011) 7921-114

DANFE

Documento Fiscal

1 - UNIDADE

1 - SALIDA

Nº 000.779.937

Serie 003

4121 0173 8565 9300 0166 5500 3000 7799 3713 8399 1166

Consulta de autenticidade no portal www.danfe.br

www.danfe.br

141210003869434 - 07/01/2021 21:08:40

73.856.593/0001-66

Venda produção do estabelecimento

8136

9000024469

141210003869434 - 07/01/2021 21:08:40

73.856.593/0001-66

DESTINATÁRIO: RENDENTE

0000185040-INOVA MED HOSP LTDA

INDUSTRIAL

R DOUTOR JOAO CARUSO, 2115 - LIT ITALIA

RECIBO

FAHRA DE PIRACATA

0001 0002 0003
0000002021 230002021 07/04/2021
RS 27.213,28 RS 27.213,28 RS 27.213,28

VALOR TOTAL

81.648,00

9.797,76

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0- Por conta do Rem

ANGELA GABARDO PAROLIN 201

45

VOLUME

294.840

192.240

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

RECEBIDO DO FISCAL

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

9067123937

PR

00.428.307 0012-40

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Int Contribuinte - Prati, Donaduzzi & Cia Ltda - (Inscricao) 0000185040 - VP - VENDA PROIBIDA AO
CUNDO DO LIT N - Genesio SMI - Similiar 0001-0000 - Outros N/A - Neutral para 0004-508770 Rem
0005-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val
PRE-SIMILAR - LIT 10 137-2380-1PI ALIQUOTA 13,75% - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val - 0004-508770 Val
especificação 2 a insumos em com - agência entrega 10541 1522-4-27388 - Cliente favor conferir a mercadoria no dia
do recebimento - em caso de divergência efetuar recibo a no confito de recebimento e em caso de entrega
transfere a laudat e arquivos XML - postado as impressões através do seguinte endereço eletrônico
www.prati.com.br com laudat - Email de Destinatário: expediente@prati.com.br ou em Valor Agregado
do 13,75% - RS 27.213,28

3663

3809
8

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Empresa **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Rubens Derks, Nº 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Roberto Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1089436834 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem, mui respeitosamente, esclarecer sobre os cálculos utilizados para composição dos custos dos produtos licitados e percentual a ser aplicado sobre o valor ganho na licitação a fim de readequar o valor do produto.

Inicialmente, ressalva-se que a Licitante, respeitando o processo licitatório, não almeja aumentar o seu lucro, somente repassar o acréscimo do custo que foi repassado a esta pelo laboratório fabricante do material licitado.

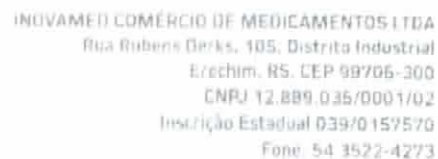
Para tanto a empresa utilizou-se de cálculos matemáticos que serão exemplificados a seguir:

No que se refere ao cálculo para saber os valores dos produtos, são usados os seguintes dados:

B. $\text{câlc ICMS dividido pela quantidade} = \text{valor caixa dividido pela quantidade de ampola na caixa} = \text{valor unitário menos a alíquota de ICMS da nota fiscal mais a alíquota da UF} = \text{valor atual do material.}$

Ex:

$9,440,00 \text{ (B. câlc ICMS)} / 32 \text{ (quantidade)} = 295,00 \text{ (valor caixa)} / 50 \text{ (quantidade de ampola na caixa)} = 5,90 - 12\% \text{ (é empregado a alíquota ICMS da nota fiscal)} + 18\% \text{ (alíquota do estado do PR)} = 6,1266 \text{ (valor atual do medicamento)}^*$



*Obs.: Os medicamentos e valores utilizados são meramente ilustrativos, não representando os valores reais do reequilíbrio solicitado.

ICMS	ESTADO
20%	RJ
18%	AM, AP, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP, TO e RJ (medicamentos da Portaria MS 1318/2002)
17,5%	RO
17%	DEMAIS ESTADOS
12%	Medicamentos Genéricos de SP e MG

Retirado de <http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/5967916>

LISTA_CONFORMIDADE_2020_08_v1.pdf 149b1235-7f92-48ac-b548-f252699bbe7b

3812
3666
R

Já para ser realizado o valor a ser reequilíbrio é utilizado o cálculo a seguir:

Custo Atual **dividido** pelo custo do produto na licitação **multiplicado** por 100 **menos** 100 = percentual de acréscimo do custo do produto.

Esse percentual é somado ao valor ganho na licitação, formando assim o Valor a ser reequilibrado.

Ex.:

$0,0703 \text{ (Custo atual)} / 0,04 \text{ (Custo na licitação)} \times 100 - 100 = 75,75\%$, correspondendo ao acréscimo no custo repassado pelo fornecedor comprovado através das notas fiscais de compra.

Item	Material	Fornecedor	Custo Licitado NF Licitado	Custo Unitário NF Atual	Porcentagem	Valor Unitário Ganho	Valor a ser Reequilibrado
134	Losartana Potássica 50 Mg VGF Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,04	R\$0,0703	75,75	R\$0,06	R\$0,1056

Ressalta-se que a empresa **somente esta repassando o aumento do custo do produto que foi repassado pelo fornecedor**. Ainda, a Licitante preza pela equidade, para que assim nenhuma das partes saia prejudicada financeiramente no certame. Dessa forma, conforme Notas Fiscais já apresentadas, pede-se que sejam considerados os custos que a Licitante efetivamente paga pelos itens, uma vez que aceitar-se-á caso não haja prejuízo financeiro.

EXPOSTOS OS FATOS, que demonstram de forma clara e evidente a ocorrência de fato superveniente que justifica o reequilíbrio de preços dos itens em questão, a Licitante requer o recebimento, julgamento e deferimento do presente pedido.

Reitera-se a estima e elevada consideração para com o mui digno órgão, bem como o compromisso da Licitante com a seriedade e transparência.

Agradece-se desde já pela atenção e compreensão despendidas.


Sedinei Roberto Stievens
(Sócio Administrador)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG. ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DOS ITENS.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente: ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, e alternativamente a rescisão dos itens, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 23/2020 de R\$ 0,241 para R\$ 0,376, de R\$ 0,551 para R\$ 0,7211, de R\$ 0,017 para R\$ 0,0215 e de R\$ 0,081 para R\$ 0,1044, e juntou documentos em fls. 3.655/ 3.666 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3. Os documentos ora analisados são a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, recebido/protocolado em 22/02/2021, bem como os documentos de fls. 3.655/3.666 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 15 - AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG E ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG que logrou vencedora dos itens na licitação em epígrafe, embasa o seu pedido com o argumento que houve um aumento do preço dos medicamentos em razão da pandemia do COVID-19 sendo este repentino e imprevisível, assim como a variação cambial no período.

8. Fundamenta o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3. 655/ 3.666 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 3.648/3.666.

11. Fundamenta o pedido com fulcro na pandemia COVID-19 e os impactos desta na economia, em especial na área de fornecimento de medicamentos. Tem como principal argumento que houve um aumento de preço dos medicamentos ante a alta do custo de seus insumos sendo necessário a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

12. Importante trazer à baila que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 06 (seis) meses de validade do certame. Variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorram durante este período, devendo os licitantes considerar tais variações em sua proposta.

13. Rememora que a pandemia do COVID-19, cujo surto da doença teve início em 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

14. Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica ante de já estar instituído a época o cenário de crise. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.shtml> Acesso em 13 de julho de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

15. Assim a álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

16. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

17. Não demonstra em seu pedido o nexo entre estas, demonstrando apenas que houve um aumento de preço e este impacta economicamente o adimplemento da ata, apenas junta notas fiscais e afirma que parte dos insumos são de origem asiática.

18. Trata-se de um risco intrínseco ao negócio, devendo estes ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

19. Conforme manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.

(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

20. Deste modo para que a Administração admita o reequilíbrio em um certame com prazo encurtado e que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa com o alegado. Em seu requerimento mistura o equilíbrio contratual com o equilíbrio do contratado, devendo este analisar a matriz de risco do negócio para considerar os encargos a serem suportados na atual situação econômica.

21. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa INQVAMED HOSPITALAR LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio. Também pelo fato de alguns itens já terem sido solicitado o seu reequilíbrio, o reitera e mantém o valor pedido anteriormente.

22. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

23. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora, além do mais como demonstra em seu pedido, ainda a manutenção de sua margem de lucro, permanecendo esta inalterada.

24. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no Item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

25. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

26. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

27. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CONCLUSÃO

28. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no Instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II - Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 26 de fevereiro de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 40/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: Inovamed Hospitalar LTDA

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.667/3.675, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro e/ou cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 15 (AMIODARONA, CLORIDRATO 200MG), 94 (HIDROCLOROTIAZIDA 25MG) e 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG).

Presidente Prudente, 05 março de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de Itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: Inovamed Hospitalar LTDA

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento dos itens registrado na Ata de Registro de Preços nº 78/2020, alegando, em síntese, instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

O Setor Jurídico às fls. 3.667/3.675, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 15 (AMIODARONA, CLORIDRATO 200MG), 94 (HIDROCLOROTIAZIDA 25MG) e 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG), por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 05 de março de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

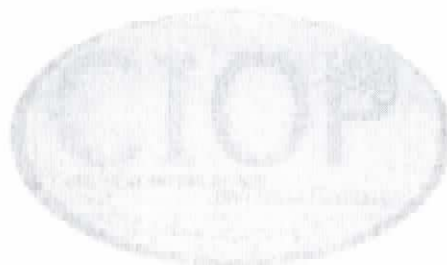
IMPrensa Oficial

Licitação

3824
3678
e

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens 14, 15, 94 e 116, ARP nº 78/2020, Pregão Eletrônico nº 23/2020. Interessada: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02**. Decisão: Delibera pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 15 (AMIODARONA, CLORIDRATO 200MG), 94 (HIDROCLOROTIAZIDA 25MG) e 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP, Pres. Prudente, 05 de março de 2021.



Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Augusto Vreche Diretor
Executivo do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

Pregão Eletrônico n.º 23/2020

Ata de n.º 78/2020

Requerente: Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda.

Objeto: **pedido de reconsideração ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro**

INOVAMED HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Dr. João Caruso, n.º 2115, bairro Industrial, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ao indeferimento do pedido reequilíbrio econômico-financeiro ou liberação de compromisso (cancelamento) dos itens *n.º 155 - Sinvastatina 40 Mg VO Cp/Isen*, *n.º 014 - Alopurinol 300 Mg VO Cp* e *n.º 116 - Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen*, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passamos a expor:

I – Da breve síntese:

Em 12 de junho de 2020, a empresa peticionante postulou, em apertada síntese, junto a esta Administração Pública o reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens medicamentosos do processo licitatório em epígrafe, porquanto o equilíbrio econômico-financeiro do contrato foi quebrado, em face do aumento imprevisível do custo do medicamento, postulando, subsidiariamente, então, a liberação do compromisso.

Entretanto, o pedido foi indeferido, em apertada síntese, porquanto Vossa Excelência, acolhendo parecer jurídico,

entendeu que a requerente não teria comprovado de forma efetiva a majoração e, ainda, que a alteração não decorreria de situação imprevisível.

Em outras palavras, que a licitante não teria demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível.

Em razão disso, não resta alternativa senão postular a reconsideração da decisão exarada por Vossa Excelência, conforme passamos a mostrar.

II – Dos fatos e fundamentos jurídicos:

Excelência, no caso em tela, trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro de medicamentos, no qual a licitante, pelas notas fiscais de aquisição, contemporâneas a abertura da licitação e atuais (próximas da data do pedido de reequilíbrio), demonstra que durante a vigência do certame o custo de aquisição dos itens juntos aos laboratórios cotados teve aumento, o que, por isso, alterou o equilíbrio inicial pactuado.

Por se tratar de certame para registro de preços, inclusive que a peticionante possui ata de registro de preços vigente, é aplicável a espécie o Decreto Federal n.º 7.892/2013, já citado pela requerente em seu pedido inicial, o qual estabelece nos seus Arts. 17 e 19 que:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de

fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Com efeito, por se tratar de medicamentos, em que o custo de aquisição do item é o principal, senão o único, fator de definição do preço proposto.

Ou seja, o custo de aquisição dos medicamentos junto a indústria é o principal, senão o único, elemento que pode alterar o equilíbrio do contrato, porquanto os demais custos geralmente não sofrem alterações.

Ademais, no caso em tela, é facilmente perceptível que o custo de aquisição dos medicamentos sofreu modificação depois da abertura do certame, eis que, como dito, a licitante apresentou prova **documental** do aumento do custo de aquisição dos medicamentos.

Com efeito, na espécie, as notas fiscais **juntadas são provas inconteste do aumento do custo dos medicamentos**, cujo aumento do custo decorre do avanço da pandemia do novo coronavírus, que ensejou e criou incontáveis dificuldades na importação de matéria-prima, atrasando embarques e a produção medicamentos, o que é totalmente imprevisível.

Ora, por mais que a pandemia já era uma realidade, quando da realização do certame, não era imaginável e previsível que gerasse tantos e nefastos efeitos na economia, em especial nas importações e exportações.

Aliás, em razão do avanço da pandemia do novo corona vírus, diversos itens medicamentosos tiveram aumento de custo, que não era esperado, porquanto não era previsível que haveria uma pandemia, tampouco eram previsíveis seus efeitos, inclusive, pois, gerou um aumento do consumo de diversos itens medicamentosos.

Frisa-se que o custo dos medicamentos teve considerável aumento em decorrência da diminuição na produção, eis que houve dificuldade de importação de matéria prima, porquanto a China e a Índia (maiores exportadores de insumos médicos) suspenderam as exportações, , conforme amplamente noticiado¹, enquanto, por outro lado, a demanda só aumenta.

Na espécie, convém ressaltar que a quantidade faturada pelos laboratórios não é elemento que altera o preço de aquisição, eis que, como dito, o laboratório faturou a quantidade que podia, ante a redução da produção, o que também contribuiu para o aumento do custo.

Tais situações não eram previstas e, tampouco previsíveis quando a peticionante participou do certame.

Veja-se que, com a devida vênia, a licitante, no pedido de reequilíbrio, bem como, conforme agora também o faz, demonstra, de forma clara e precisa, o custo dos medicamentos ao tempo da participação da licitação e, ainda, os novos custos e impacto no equilíbrio econômico-financeiro, sendo que tal impacto (aumento) de custo não era previsível e, ainda, que o fosse causa consequências incalculáveis.

Na espécie, como dito, o custo do medicamento é o princípio, senão o único, elemento que define o preço da proposta, sendo que não há outros elementos a formarem o cálculo do impacto, mas tão somente, o percentual de aumento do custo do medicamento e quando este percentual de aumento impacta na margem de remuneração.

Aliás, salutar o que ensina o professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, São Paulo, Dialética, grande administrativista deste País, conhecido e reconhecido, que:

¹ [https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/china-interrompe-exportacoes-e-pode-faltar-insumos-hospitalares-no-brasil-234368/;](https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/china-interrompe-exportacoes-e-pode-faltar-insumos-hospitalares-no-brasil-234368/)
[https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-dificulta-importacao-de-insumos-para-medicamentos-india-ja-travou-entrega-de-31-toneladas-1-24346365;](https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-dificulta-importacao-de-insumos-para-medicamentos-india-ja-travou-entrega-de-31-toneladas-1-24346365)
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>
<https://epoca.globo.com/colunistas/artigo-coronavirus-podera-causar-falta-de-medicamentos-no-brasil-24298927>

“Logo, a configuração da equação econômico-financeira inicia-se quando a Administração edita o ato convocatório, definindo quantitativa e qualitativamente os encargos que recairão sobre o particular que vier a ser contratado. A definição das retribuições se faz com a apresentação das propostas (que podem reportar-se a outros dados anteriores, inclusive). Portanto, aperfeiçoa-se a equação econômico-financeira quando, após a Administração selecionar uma proposta como vencedora, o contrato é firmado. No entanto, o conteúdo dos ângulos ativo e passivo da relação reporta-se a momentos anteriores, especialmente ao da apresentação das propostas. Por isso, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pode conduzir a que, já no momento da contratação, haja necessidade de adequar o conteúdo do instrumento às variações ocorridas”.

Porém, tal equação, conforme denota-se e o próprio Doutrinador refere não é *estranque*, **EM ESPECIAL NO REGISTRO DE PREÇOS.**

Veja-se que a Lei Federal n.º 8.666/93, que *instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública*, regulamentando o inciso XXI do Art. 37 da CF, estipula no seu Art. 65, inciso II, alínea “d”, que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço OU FORNECIMENTO, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO. na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou

previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A revisão em decorrência do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que é o que busca a requerente, eis que, por situação imprevisível ou previsível com efeitos incalculáveis (Art. 65, II, 'd', da Lei n.º 8.666/93), o equilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente pactuado foi rompido.

Na espécie, entendeu-se de forma totalmente genérica, sem apreciar de forma efetiva o pedido anterior, que não restou demonstrado a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro, não restando demonstrado que enseja situação de onerosidade excessiva.

Porém, com o máximo respeito, o parecer e a decisão são equivocados.

Na espécie, o aumento do custo do produto ocorreu depois da licitação, isto é, na execução contratual, conforme nota fiscal anexa ao presente petitório, sendo que a nota fiscal é prova idônea e incontroversa, não necessitando, na espécie, de outros elementos, porquanto, apenas o custo da aquisição dos medicamentos é que sofreu alteração e, tal custo, salienta-se se prova mediante as notas fiscais.

Já o motivo do aumento do custo dos medicamentos decorre, como já dito do avanço da pandemia do coronavírus, que ensejou problemas de importação estão atingindo toda a indústria farmacêutica, em decorrência de suspensão de exportações de insumos (princípios ativos) de medicamentos por países como Índia e China, conforme amplamente noticiado², as quais não há previsão de normalização, em decorrências de medidas adotadas para combate ao corona vírus Covid 19 em todo o mundo.

² <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/china-interrompe-exportacoes-e-pode-faltar-insumos-hospitales-no-brasil-234368/>;
<https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-dificulta-importacao-de-insumos-para-medicamentos-india-ja-travou-entrega-de-31-toneladas-1-24346365>;
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/novo-coronavirus-india-limita-exportacao-de-medicamentos>
<https://epoca.globo.com/colunistas/artigo-coronavirus-podera-causar-falta-de-medicamentos-no-brasil-24298927>

Em razão disto, os custos dos insumos (princípios ativos) e, por consequência, dos medicamentos tem oscilado, em decorrência da lei da oferta e da procura, porquanto a procura é alta enquanto a oferta é diminuta, em decorrência da pandemia causada pelo avanço do vírus Covid-19, o que gera atrasos por parte dos laboratórios, porquanto não recebem a matéria-prima e, ainda, quando recebem é com largo atraso.

Excelência, o que a licitante postula é o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do aumento imprevisível do custo do medicamento, tal como ocorre comumente com os preços dos combustíveis, que, rotineiramente, sofrem alterações juntos as distribuidoras e, em razão disso, os preços são revistos para cima e para baixo, a dependente da flutuação, nos diversos contratos administrativos.

No caso dos medicamentos, estes, de igual forma, assim como ocorre comumente com os combustíveis, sofrem flutuações em seus preços que não são previsíveis junto aos laboratórios fabricantes/fornecedores, ensejando, por isso, a necessidade de revisão do preço pactuado por meio do reequilíbrio econômico-financeiro, mormente neste período de pandemia.

Por isso, a peticionante entende que o pedido de reequilíbrio deve ser apreciado e deferido, porquanto, na espécie, não era previsível, quando a licitante participou do certame, que os laboratórios cotados viessem a repassar a licitante o aumento do custo na aquisição do medicamento, que não decorre de questão inflacionária, mas que, conforme abaixo, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No caso, os custos dos itens junto aos laboratórios cotados, após a abertura do certame sofreram aumento consideráveis, o que não era previsível e, ainda, que fosse previsível, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro estabelecido quando dos lances, causando efeitos incalculáveis, conforme tabela constante no pedido de reequilíbrio que segue anexo.

Na espécie, os valores propostos a título de reequilíbrio, a licitante mantém os percentuais do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Assim, para fins de tranquilidade a Vossa Excelência, não há risco algum em conceder o reequilíbrio.

Ao contrário, risco de ilegalidade há se não deferir, posto que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro não se trata de uma faculdade, de uma liberalidade do órgão público, mas de um dever de agir, até para evitar danos maiores, tanto financeiros em eventuais querelas (administrativas e ou judiciais), como de atendimento, na medida que possibilita a continuidade do fornecimento do medicamento a população.

Filho:

Tanto é assim que na orientação de Marçal Justen

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade. (...). Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior). Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Dialética, São Paulo, 2000, pág. 551)

Na espécie, não era previsível que, durante a execução contratual, o preço do medicamento tivesse aumento extremamente considerável, em decorrência do aumento do custo na produção, mormente pelas dificuldades de importação de matéria prima, decorrente, inclusive, do avanço do COVID-19, que ensejou uma ruptura aos preços dos medicamentos em geral.

Assim, requer o deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do(s) valor(es) indicado(s) no quadro acima, vez que se trata de um dever de agir, nos exatos termos da lei.

Ou seja, não há espaço para a Administração indeferir o pedido, excetuando a liberação do licitante do compromisso de fornecimento (cancelamento do registro do item do contrato), na forma

que trata o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, o que, a licitante postula de forma subsidiária, vez que o interesse primordial da licitante entregar o(s) item(ns) pelo(s) preço(s) repactuado(s).

Aliás, diga-se de passagem, a liberação do compromisso, também tem base legal, sendo que tal pedido sequer fora apreciado.

Excelência, por mais que pareça que não seja razoável liberar o fornecedor do compromisso, convém dizer que há base legal para tanto, sendo que tal deve ocorrer quando não deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, quando comprovado, como é o caso o aumento do preço de mercado do item.

Veja-se que o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013 diz que:

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Veja-se que, em decorrência do aumento do custo do medicamento, o cumprimento da ata, sem o reequilíbrio se torna excessivamente onerosa, permitindo, em razão disto, o cancelamento do registro e liberação do compromisso.

No caso, a licitante não pode cumprir o compromisso sem o reequilíbrio, com o que, caso o órgão não queira proceder ao reequilíbrio, deverá, então, liberar a licitante do compromisso, o que se requer de forma subsidiária, isto é, só em caso de não concessão do reequilíbrio.

II – Dos pedidos:

O objetivo da requerente é sempre trabalhar de forma transparente proporcionando a melhor prestatividade de seus serviços aos órgãos e a população, com a menor onerosidade possível ao mui digno órgão Licitante, mas mantendo o equilíbrio econômico-financeiro.

Diante do exposto, requer-se o recebimento do presente pedido de reconsideração, a fim de que:

A) Seja deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do preço sobre o valor do item acima, cuja necessidade restou plenamente justificada e comprovada, conforme documentos em anexo;

B) Subsidiariamente, em caso de indeferimento do pedido de repactuação de preços, seja deferido o pedido de liberação de compromisso do referido item com fundamentação no artigo 19, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892/13 que trata da possibilidade de liberação do compromisso em caso dos preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados, que é o caso;

Nestes Termos, pede Deferimento.

Erechim, 31 de março de 2021.



Sedinei Roberto Stievens
(Sócio-Administrador)

Licitação Compra - CIOP

3835
3484
2

De: Inovamed <licitacao04@inovamed-rs.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 8 de janeiro de 2021 07:51
Para: smsrf1922@gmail.com; licitacaocompra@ciop.sp.gov.br; juridico03@inovamed-rs.com.br
Assunto: Inovamed - INOVAMED - Reequilíbrio nº 10043 - 08/01/2021 07:51:16
Anexos: anexos_reequilibrio_10043.pdf

Prezados!

A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, vem mui respeitosamente apresentar REQUERIMENTO DE REVISÃO DE PREÇO OU LIBERAÇÃO DO COMPROMISSO, pelas razões em anexo.

Caso seja necessário o envio via correio, favor nos comunicar.

Por gentileza, ACUSAR recebimento.

No mais, colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos, e ficamos no aguardo de retorno.

Atenciosamente,

Setor Jurídico

Inovamed Comércio de Medicamentos LTDA

Rua Dr. João Caruso, 2115, Bairro Industrial

CEP: 99706-250 - Erechim/RS - Fone: (54) 2106-7930

juridico@inovamed-rs.com.br, juridico01@inovamed-rs.com.br

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.459-3

08/01/2020

3836
3485
V

INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02
RUA DR. JOÃO CARUSO 2115 - INDUSTRIAL
ERECHIM - RS
CEP: 99706-250
Telefone: 54 2106 7930
E-mail: licitacao04@inovamed-rs.com.br



À
Consortio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP - SP
RUA CORONEL ALBINO 550 - VILA MARISTELA
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

REQUERIMENTO DE REVISÃO DE PREÇO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO

REQUERIMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO (CANCELAMENTO)

A licitante **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Rubens Derks, 105, Industrial, CEP 99706-300, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Roberto Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1089436834 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem à presença de Vossa Senhoria, por meio deste, requerer:

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU LIBERAÇÃO DE COMPROMISSO (CANCELAMENTO) DO(S) ITEM(S) ABAIXO:

I – Dos fatos e fundamentos jurídicos:

Em 22/10/2020 a Requerente participou do Pregão Eletrônico nº 23/2020, sendo declarada vencedora, onde alguns itens conforme tabela abaixo encontram-se em desequilíbrio financeiro, sendo demonstrado com notas fiscais de compra dos produtos.

Item	Material	Fornecedor	Data de Emissão NF - Licitação	Número Nota Fiscal Licitação	Custo Unitário NF - Licitação	Valor Unitário Ganho
155	Sinvastatina 40 Mg VO Cp /Isen Caixa com 30 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	27/07/2020	495992	R\$0,09	R\$0,109
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	22/06/2020	732621	R\$0,134	R\$0,241
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	29/08/2020	750200	R\$0,07	R\$0,081

Nesse momento, então fixou-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, definindo-se o percentual do custo

3837
3486
✓

de aquisição do(s) item(ns) no preço final e, assim, a margem de remuneração, incluído os demais custos operacionais.

Aliás, salutar o que ensina o professor Marçal Justen Filho, grande administrativista deste País, conhecido e reconhecido, que:

*"Logo, a configuração da equação econômico-financeira inicia-se quando a Administração edita o ato convocatório, definindo quantitativa e qualitativamente os encargos que recairão sobre o particular que vier a ser contratado. A definição das retribuições se faz com a apresentação das propostas (que podem reportar-se a outros dados anteriores, inclusive). **Portanto, aperfeiçoa-se a equação econômico-financeira quando, após a Administração selecionar uma proposta como vencedora, o contrato é firmado. No entanto, o conteúdo dos ângulos ativo e passivo da relação reporta-se a momentos anteriores, especialmente ao da apresentação das propostas.** Por isso, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pode conduzir a que, já no momento da contratação, haja necessidade de adequar o conteúdo do instrumento às variações ocorridas".*

Porém, tal equação, conforme denota-se e o próprio Doutrinador refere não é estanque.

Ao contrário, tal equação, por vezes, necessita ser revista (para cima ou para baixo), inclusive, em situações que ocorrem entre a formulação da proposta e a assinatura do contrato, visando manter as condições efetivas da proposta.

Aliás, por isso o reequilíbrio, como bem lembra o professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Edição, São Paulo, Dialética, 202, pg. 505, "o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão no ato convocatório. Tem raiz constitucional".

Veja-se que o Art. 37, inciso XXI, da CF, dispõe que:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...);

*XXI. ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Com efeito, a Lei Federal n.º 8.666/93, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, estipula no seu Art. 65, inciso II, alínea "d", que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes

3838
3487 D
✓

casos:(....)

II - por acordo das partes;

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, preleciona o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, em seu Art. 17, fazendo expressa referência ao dispositivo do Estatuto Licitatório Federal acima transcrito, que:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ou seja, há base constitucional, legal e doutrinária permitindo a revisão dos preços estipulados no contrato, quando ocorrem situações que alteram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma não previsível.

Há de se mencionar os problemas de importação, que estão atingindo toda a indústria farmacêutica, em decorrência de suspensão de exportações de insumos (princípios ativos) de medicamentos por países como Índia e China, conforme amplamente noticiado (em anexo), as quais não há previsão de normalização, em decorrências de medidas adotadas para combate ao SARS-CoV-2 em todo o mundo.

Em razão disto, os custos dos insumos e, por consequência, dos medicamentos tem oscilado, em decorrência da lei da oferta e da procura. Porquanto a procura é alta enquanto a oferta é diminuta, em decorrência da pandemia causada pelo avanço do vírus Covid-19, o que gera atrasos por parte dos laboratórios, e assim não recebem a matéria-prima e, ainda, quando recebem é com largo atraso.

Nesse sentido, sabe-se que o presente momento afetou a economia como em todo, gerando uma grande instabilidade no mercado, devido ao aumento do dólar, o qual impacta diretamente nos preços de todos os serviços, quicá medicamentos, os quais são considerados serviços essenciais. Dessa forma, a grande demanda de medicamentos, devido a procura pelos serviços de saúde, compromete toda a cadeia produtiva e de fornecimento dos fármacos, o qual gera aumentos dos preços em razão da oferta e procura.

No caso em tela, não era previsível, quando a licitante participou do certame, que o(s) laboratório(s) cotado(s) viessem a repassar a licitante o aumento do custo na aquisição do(s) medicamento(s), que não decorre de questão inflacionária, mas que, conforme já citado, e de acordo com as informações abaixo, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3839
3488 D
✓

No caso o(s) custo(s) do(s) item(ns), junto ao(s) laboratório(s) cotado(s), após a abertura do certame sofreu aumento considerável, o que não era previsível e, ainda, que fosse previsível, impacta diretamente no equilíbrio econômico-financeiro estabelecido quando do(s) lance(s), conforme tabela abaixo.

Item	Material	Fornecedor	Data de Emissão NF - Atual	Número Nota Fiscal Atual	Custo Unitário NF - Atual
155	Sinvastatina 40 Mg VO Cp /Isen Caixa com 30 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	31/10/2020	540476	R\$0,11
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	23/12/2020	777798	R\$0,2484
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	22/10/2020	762865	R\$0,0811

Em razão desta alteração no custo do(s) medicamento(s), a licitante viu o equilíbrio econômico-financeiro ruir, posto que o custo unitário do(s) item(ns) tiveram um acréscimo.

Assim, para restabelecer o equilíbrio, faz-se necessário a repactuação do preço final do(s) item(ns), com o acréscimo do percentual do aumento do custo do (s) item(ns) de forma proporcional, para conforme quadro abaixo.

Item	Material	Fornecedor	Custo Unitário NF - Licitação	Custo Unitário NF - Atual	Percentual de Aumento	Valor Unitário Ganho	Valor a ser Reequilibrado
155	Sinvastatina 40 Mg VO Cp /Isen Caixa com 30 CP	Cimed Industria de Medicamentos LTDA	R\$0,09	R\$0,11	22,22	R\$0,109	R\$0,1332
014	Alopurinol 300 Mg VO Cp Caixa com 500 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,134	R\$0,2484	85,37	R\$0,241	R\$0,376
116	Losartana Potassica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,07	R\$0,0811	15,86	R\$0,081	R\$0,0938

Frise-se que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro não se trata de uma faculdade, de uma liberalidade do órgão público, mas de um dever de agir, até para evitar danos maiores, tanto financeiros em eventuais querelas (administrativas e ou judiciais), como de atendimento, na medida que possibilita a continuidade do fornecimento do medicamento a população.

Tanto é assim que na orientação de Marçal Justen Filho:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. inexistência discricionariedade. (...) Deverá examinar-se a situação

originária (à época da apresentação das propostas e a posterior). Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, **deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.**" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Dialética, São Paulo, 2000, pág. 551)

Na espécie, a licitante só almeja o reequilíbrio do contrato, ante a ocorrência de fato imprevisível.

Salienta-se que o reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste que trata o Art. 40, inciso XI, c/c Art. 55, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, posto que o reajuste é geralmente anual, mediante a incidência de algum índice inflacionário acumulado sobre o valor do objeto do contrato.

No caso, não se trata de reajuste, mas de, nas palavras de Marçal Justen Filho, antes transcritas, "rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, que enseja a necessidade de repactuação do(s) preço(s), o qual é comprovado pelas notas fiscais e demais documentos anexos.

Assim, requer o deferimento do reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do(s) valor(es) indicado(s) no quadro acima, vez que se trata de um dever de agir, nos exatos termos da lei.

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Ou seja, não há espaço para a Administração indeferir o pedido, excetuando a liberação do licitante do compromisso de fornecimento (cancelamento do registro do(s) item(ns) do contrato), na forma que trata o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n.º 8.666/93, o que, a licitante postula de forma subsidiária, vez que o interesse primordial da licitante entregar o(s) item(ns) pelo(s) preço(s) repactuado(s).

Veja-se que o Art. 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013 diz que:

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata

3841
34908
v

de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

No caso, a licitante não pode cumprir o compromisso sem o reequilíbrio, com o que, caso o órgão não queira proceder ao reequilíbrio, deverá, então, liberar a licitante do compromisso, o que se requer de forma subsidiária, isto é, só em caso de não concessão do reequilíbrio.

II – Dos pedidos:

O objetivo da requerente é sempre trabalhar de forma transparente proporcionando a melhor prestatividade de seus serviços aos órgãos e à população, com a menor onerosidade possível ao mui digno órgão Licitador, mas mantendo o equilíbrio econômico-financeiro.

Diante do exposto, requer-se:

- A) Seja deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do preço sobre o valor do(s) item(s) acima, cuja necessidade restou plenamente justificada e comprovada, conforme documentos em anexo;
- B) Subsidiariamente, em caso de indeferimento do pedido de repactuação de preços, seja deferido o pedido de liberação de compromisso do(s) referido(s) item(s) com fundamentação no artigo 19, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892/13, que trata da possibilidade de liberação do compromisso em caso dos preços de mercado se tomarem superiores aos preços registrados, que é o caso;
- C) Sejam as notas de empenho, por ventura, já impressas e as subsequentes emitidas com os preços devidamente recompostos.

Nestes Termos, pede Deferimento.

ERECHIM/RS, 8 de Janeiro de 2021.



Sedinei R. Stievens
Sócio Gerente

RECEBEMOS DE Cimed Industria de Medicamentos LTD OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 27/07/2020 VALOR TOTAL: R\$ 306.123,75 DESTINATÁRIO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS L - R RUBENS DERKS, 105 INDUSTRIAL ERECHIM-RS

DATA DE RECEBIMENTO: IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

3842
34918
NF-e

Nº. 000.495.992
Série 020

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Cimed Industria de Medicamentos LTD

Rodovia AMG 1920 - S/N, Galpao 03 - Galpao 03
N/A - 37567-000

Sao Sebastiao da Bela Vista - MG Fone/Fax: 3521022000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.495.992
Série 020
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

3120 0702 8144 9700 0700 5502 0000 4959 9211 6324 7311

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131203761527685 - 27/07/2020 21:15:34

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda producao do estabelecimento

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5250132490121

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

CNPJ / CPF

02.814.497/0007-00

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS L

ENDEREÇO

R RUBENS DERKS, 105

MUNICÍPIO

ERECHIM

BAIRRO / DISTRITO

INDUSTRIAL

CEP

99706-300

UF

RS

5435224273

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0390157570

DATA DA EMISSÃO

27/07/2020

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

27/07/2020

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:20:07

FATURA / DUPLICATA

Num	001	Num	002	Num	003
Venc	26/08/2020	Venc	25/09/2020	Venc	25/10/2020
Valor	R\$ 102.061,66	Valor	R\$ 102.031,05	Valor	R\$ 102.031,04

CÓDIGO DO IMPOSTO

DET ALI DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALC ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBST	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
303.896,25	36.467,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.662,78	306.123,75
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.826,29	26.695,96	306.123,75

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

NOVA MINAS TRANSP E LOCACOES LTDA

ENDEREÇO

AV DOS ALECRINS 940

UF - ANTIQUIDADE

581

ESPECIE

MARCA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CODIGO ANT

PLACA DO VEICULO

UF

CNPJ / CPF

42.934.489/0001-19

MUNICÍPIO

POUSO ALEGRE

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5252094240072

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

2.168,584

PESO LÍQUIDO

1.388,270

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.C.ALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
ACICLOVIR 50MG/G CREM BG 10G	BASE ICMS RED. EM 9,90% CONF. ANEXO IV, ITEM 27, SUBALÍNEA 2 DO RICMS/ MG. ICMS ST NAO CALC. CONF. LIVRO III, ART. 104, PARAG. UNICO, ALÍNEA "a" DO RICMS/RS. PMC. 23.29 Lote 2012176 Quant: 5000.000 Fab: 19/06/2020 Val: 19/06/2023 Lote: 2012176 Quant: 10000.000 Fab: 19/06/2020 Val: 19/06/2023 pRedBC=9,90% FCI:272C0552-ACD9-4A8C-BB5D-521D4CED9496	30039069	520	6101	UN	15.000,0000	1,5000	22.500,00	30.272,30	2.432,70		12,00	
GLIMEPIRIDA 2 MG COM 15 BL X 30 HOSP	ICMS ST NAO CALC. CONF. LIVRO III, ART. 104, PARAG. UNICO, ALÍNEA "a" DO RICMS/RS. PMC: 0,00 Lote: 2013620 Quant: 57.000 Fab: 25/06/2020 Val: 25/06/2022 Lote: 2013620 Quant: 500.000 Fab: 25/06/2020 Val: 25/06/2022 FCI:30886C45-B209-4669-9D2A-3474115B1106	30030085	500	6101	UN	557,0000	24,7500	13.785,75	13.785,75	1.654,29		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: BASE ICMS RED. EM 9,90% CONF. ANEXO IV, ITEM 27, SUBALÍNEA 2 DO RICMS/ MG. ICMS ST NAO CALC. CONF. LIVRO III, ART. 104, PARAG. UNICO, ALÍNEA "a" DO RICMS/RS. ICMS ST NAO CALC. CONF. LIVRO III, ART. 104, PARAG. UNICO, ALÍNEA "a" DO RICMS/RS. SUPRAMA CUBAGEM TOTAL: 15,426 M3
Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 68.826,29

RESERVADO AO FISCO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE:

Cimed Industria de Medicamentos LTD

Rodevia AMG 1920 - S/N, Galpao 03 - Galpao 03

N/A - 37567-000

Sao Sebastiao da Bela Vista - MG Fone/Fax: 3521022000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº. 000.495.992

Série 020

Folia 2/2



CHAVE DE ACESSO

3120 0702 8144 9700 0700 5502 0000 4959 9211 6324 7311

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131203761527685 - 27/07/2020 21:15:34

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda produção do estabelecimento

49,94 JUL AGESTADIAL

5250132490121

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. (RUBR.)

[CNPI / CPI]

02.814.497/0007-00

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

3844
3493

RECEBEMOS DE Cimed Industria de Medicamentos LTD OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA
ABAILO EMISSÃO: 31/10/2020 VALOR TOTAL: R\$ 81.566,10 DESTINATÁRIO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS L - R RUBENS DERKS,
005 INDUSTRIAL ERECHIM-RS

NF-e

Nº. 000.540.476
Série 020

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR

Cimed Industria de Medicamentos LTD
Rodovia AMG 1920 - S/N, Galpao 03 - Galpao 03
N/A - 37567-000
Sao Sebastiao da Bela Vista - MG Fone/Fax: 3521022000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.540.476
Série 020
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3120 1002 8144 9700 0700 5502 0000 5404 7617 2769 8995

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131203887550994 - 31/10/2020 19:57:31

NOME REZA DA OPERAÇÃO

Venda producao do estabelecimento

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5250132490121

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

CNPJ / CPF

02.814.497/0007-00

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

ENDREÇO

MUNICÍPIO

UF

CEP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA EMISSÃO

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Int. Contribuições ICMS ST NAO CALC. CONF. LIVRO III, ART. 104, PARAG. UNICO, ALINEA A DO RICMS/RS. SUFRAMA
e FALGUM TOTAL: 3,365 M3
Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 19.575,86

RESERVADO AO FISCO

Impressão em 10/12/2020 em 10:11:18

Por DANFEOnline: danfeonline.com.br e NF-ePHP: nfe.php.com

For information contact: info@iainmccormick.com

Accepted for publication 12 November 2007

V

50
 000.777.786
 Seite 403

[illegible]

© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 369–375

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda

Rino Mitagawa, Toronto, (416)
C. Ind. William Arnold - 85003403
Toronto - PH. Fono-Fax: (905) 702-1111

DANFE

DANTE
Documentos Auxiliares da Scola e suoi
Elettissimi

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.777.790
Série 003
Página 27



THE MEETING

4130 1373 8565 9300 0166 8500 3000 7777 9812 2044 7136

Contributo de sustentabilidade ao Portal Nacional de S&P

www.nfi-lusos.pt
www.nfi-lusos.pt

WWW.MHJ.JAR

141200282386224 - 23/12/2020 20:37:40

Venda produção do estabelecimento

1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2020, 2022, 2024, 2026, 2028, 2030, 2032, 2034, 2036, 2038, 2040, 2042, 2044, 2046, 2048, 2050, 2052, 2054, 2056, 2058, 2060, 2062, 2064, 2066, 2068, 2070, 2072, 2074, 2076, 2078, 2080, 2082, 2084, 2086, 2088, 2090, 2092, 2094, 2096, 2098, 2100, 2102, 2104, 2106, 2108, 2110, 2112, 2114, 2116, 2118, 2120, 2122, 2124, 2126, 2128, 2130, 2132, 2134, 2136, 2138, 2140, 2142, 2144, 2146, 2148, 2150, 2152, 2154, 2156, 2158, 2160, 2162, 2164, 2166, 2168, 2170, 2172, 2174, 2176, 2178, 2180, 2182, 2184, 2186, 2188, 2190, 2192, 2194, 2196, 2198, 2200, 2202, 2204, 2206, 2208, 2210, 2212, 2214, 2216, 2218, 2220, 2222, 2224, 2226, 2228, 2230, 2232, 2234, 2236, 2238, 2240, 2242, 2244, 2246, 2248, 2250, 2252, 2254, 2256, 2258, 2260, 2262, 2264, 2266, 2268, 2270, 2272, 2274, 2276, 2278, 2280, 2282, 2284, 2286, 2288, 2290, 2292, 2294, 2296, 2298, 2300, 2302, 2304, 2306, 2308, 2310, 2312, 2314, 2316, 2318, 2320, 2322, 2324, 2326, 2328, 2330, 2332, 2334, 2336, 2338, 2340, 2342, 2344, 2346, 2348, 2350, 2352, 2354, 2356, 2358, 2360, 2362, 2364, 2366, 2368, 2370, 2372, 2374, 2376, 2378, 2380, 2382, 2384, 2386, 2388, 2390, 2392, 2394, 2396, 2398, 2400, 2402, 2404, 2406, 2408, 2410, 2412, 2414, 2416, 2418, 2420, 2422, 2424, 2426, 2428, 2430, 2432, 2434, 2436, 2438, 2440, 2442, 2444, 2446, 2448, 2450, 2452, 2454, 2456, 2458, 2460, 2462, 2464, 2466, 2468, 2470, 2472, 2474, 2476, 2478, 2480, 2482, 2484, 2486, 2488, 2490, 2492, 2494, 2496, 2498, 2500, 2502, 2504, 2506, 2508, 2510, 2512, 2514, 2516, 2518, 2520, 2522, 2524, 2526, 2528, 2530, 2532, 2534, 2536, 2538, 2540, 2542, 2544, 2546, 2548, 2550, 2552, 2554, 2556, 2558, 2560, 2562, 2564, 2566, 2568, 2570, 2572, 2574, 2576, 2578, 2580, 2582, 2584, 2586, 2588, 2590, 2592, 2594, 2596, 2598, 2600, 2602, 2604, 2606, 2608, 2610, 2612, 2614, 2616, 2618, 2620, 2622, 2624, 2626, 2628, 2630, 2632, 2634, 2636, 2638, 2640, 2642, 2644, 2646, 2648, 2650, 2652, 2654, 2656, 2658, 2660, 2662, 2664, 2666, 2668, 2670, 2672, 2674, 2676, 2678, 2680, 2682, 2684, 2686, 2688, 2690, 2692, 2694, 2696, 2698, 2700, 2702, 2704, 2706, 2708, 2710, 2712, 2714, 2716, 2718, 2720, 2722, 2724, 2726, 2728, 2730, 2732, 2734, 2736, 2738, 2740, 2742, 2744, 2746, 2748, 2750, 2752, 2754, 2756, 2758, 2760, 2762, 2764, 2766, 2768, 2770, 2772, 2774, 2776, 2778, 2780, 2782, 2784, 2786, 2788, 2790, 2792, 2794, 2796, 2798, 2800, 2802, 2804, 2806, 2808, 2810, 2812, 2814, 2816, 2818, 2820, 2822, 2824, 2826, 2828, 2830, 2832, 2834, 2836, 2838, 2840, 2842, 2844, 2846, 2848, 2850, 2852, 2854, 2856, 2858, 2860, 2862, 2864, 2866, 2868, 2870, 2872, 2874, 2876, 2878, 2880, 2882, 2884, 2886, 2888, 2890, 2892, 2894, 2896, 2898, 2900, 2902, 2904, 2906, 2908, 2910, 2912, 2914, 2916, 2918, 2920, 2922, 2924, 2926, 2928, 2930, 2932, 2934, 2936, 2938, 2940, 2942, 2944, 2946, 2948, 2950, 2952, 2954, 2956, 2958, 2960, 2962, 2964, 2966, 2968, 2970, 2972, 2974, 2976, 2978, 2980, 2982, 2984, 2986, 2988, 2990, 2992, 2994, 2996, 2998, 3000, 3002, 3004, 3006, 3008, 3010, 3012, 3014, 3016, 3018, 3020, 3022, 3024, 3026, 3028, 3030, 3032, 3034, 3036, 3038, 3040, 3042, 3044, 3046, 3048, 3050, 3052, 3054, 3056, 3058, 3060, 3062, 3064, 3066, 3068, 3070, 3072, 3074, 3076, 3078, 3080, 3082, 3084, 3086, 3088, 3090, 3092, 3094, 3096, 3098, 3100, 3102, 3104, 3106, 3108, 3110, 3112, 3114, 3116, 3118, 3120, 3122, 3124, 3126, 3128, 3130, 3132, 3134, 3136, 3138, 3140, 3142, 3144, 3146, 3148, 3150, 3152, 3154, 3156, 3158, 3160, 3162, 3164, 3166, 3168, 3170, 3172, 3174, 3176, 3178, 3180, 3182, 3184, 3186, 3188, 3190, 3192, 3194, 3196, 3198, 3200, 3202, 3204, 3206, 3208, 3210, 3212, 3214, 3216, 3218, 3220, 3222, 3224, 3226, 3228, 3230, 3232, 3234, 3236, 3238, 3240, 3242, 3244, 3246, 3248, 3250, 3252, 3254, 3256, 3258, 3260, 3262, 3264, 3266, 3268, 3270, 3272, 3274, 3276, 3278, 3280, 3282, 3284, 3286, 3288, 3290, 3292, 3294, 3296, 3298, 3300, 3302, 3304, 3306, 3308, 3310, 3312, 3314, 3316, 3318, 3320, 3322, 3324, 3326, 3328, 3330, 3332, 3334, 3336, 3338, 3340, 3342, 3344, 3346, 3348, 3350, 3352, 3354, 3356, 3358, 3360, 33

41806.32706

8136

[illegible]

9008624469

73.856,501/0001-66

[illegible][illegible]

AZITHROMYCIN 500MG 1X1X1CPS-FRAC-VF-16N
AZITROMICINA DIBIMATADA
C10H15N7
FCI 5AF1442 ARJA-43DF-HBHA-SACGA-DPSP78L
20K107 Val 02-11-2022 19 136,000 Lote 30K407 Quant 136,000 Feb
20-11-2022 Val 02-11-2022
FCI 5AF1442S ARJA-43DF-HBHA-SACGA-DPSP78L

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Empresa **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Rubens Derks, Nº 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Sedinei Roberto Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 1089436834 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 004.421.050-70, vem, mui respeitosamente, esclarecer sobre os cálculos utilizados para composição dos custos dos produtos licitados e percentual a ser aplicado sobre o valor ganho na licitação a fim de readequar o valor do produto.

Inicialmente, ressalva-se que a Licitante, respeitando o processo licitatório, não almeja aumentar o seu lucro, somente repassar o acréscimo do custo que foi repassado a esta pelo laboratório fabricante do material licitado.

Para tanto a empresa utilizou-se de cálculos matemáticos que serão exemplificados a seguir:

No que se refere ao cálculo para saber os valores dos produtos, são usados os seguintes dados:

B. cálc ICMS **dividido** pela quantidade = valor caixa **dividido** pela quantidade de ampola na caixa) = valor unitário **menos** a alíquota de ICMS da nota fiscal **mais** a alíquota da UF = valor atual do material,

Ex:

9,440,00 (B. cálc ICMS)/32 (quantidade) = 295,00 (valor caixa) /50 (quantidade de ampola na caixa) = 5,90 - 12% (é empregado a alíquota ICMS da nota fiscal) + 18% (alíquota do estado do PR) = 6,1266 (valor atual do medicamento)*

3851
 3500 D
 ✓

VALORES DE IMPORTE									
VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR
9.440,00	1.132,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174,45	9.440,00
VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR	VALOR DE FATOR
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	822,41	9.440,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS									
NOME RAZÃO SOCIAL		CNPJ		CNPJ		CNPJ		CNPJ	
INT MERCURIO MQC		(0) Emitente		CNPJ		CNPJ		CNPJ	
RUA CASTRO ALVES 51		MONTES CLAROS		MG		MG		MG	
1		CAIXA(S)		13,280		13,280		13,280	

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS									
CODIGO PRODUTIVO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT	UNID	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
1001000	HEBIT MORTIPNEFIDINA MORTIPNEFIDINA	1000000	ML	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

*Obs.: Os medicamentos e valores utilizados são meramente ilustrativos, não representando os valores reais do reequilíbrio solicitado.

ALÍQUOTA DE ICMS POR ESTADO

ICMS	ESTADO
20%	RJ
18%	AM, AP, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP, TO e RJ (medicamentos da Portaria MS 1318/2002)
17,5%	RO
17%	DEMAIS ESTADOS
12%	Medicamentos Genéricos de SP e MG

Retirado do site http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/5967916/LISTA_CONFORMIDADE_2020_08_v1.pdf/f49b3235-7f92-48ae-b548-f252699bbe7b

3852
 3501 R
 V

Já para ser realizado o valor a ser reequilíbrio é utilizado o cálculo a seguir:

Custo Atual **dividido** pelo custo do produto na licitação **multiplicado** por 100 **menos** 100 = percentual de acréscimo do custo do produto.

Esse percentual é somado ao valor ganho na licitação, formando assim o Valor a ser reequilibrado.

Ex.:

$0,0703 \text{ (Custo atual)} / 0,04 \text{ (Custo na licitação)} \times 100 - 100 = 75,75\%$, correspondendo ao acréscimo no custo repassado pelo fornecedor comprovado através das notas fiscais de compra.

Item	Material	Fornecedor	Custo Unitário NF - Licitação	Custo Unitário NF - Atual	Percentual de Aumento	Valor Unitário Ganho	Valor a ser Reequilibrado
134	Losartana Potássica 50 Mg VO Cp /Isen Caixa com 960 CP	Prati Donaduzzi e Cia Ltda	R\$0,04	R\$0,0703	75,75	R\$0,06	R\$0,1065

Ressalta-se que a empresa somente está repassando o aumento do custo do produto que foi repassado pelo fornecedor. Ainda, a Licitante preza pela equidade, para que assim nenhuma das partes saia prejudicada financeiramente no certame. Dessa forma, conforme Notas Fiscais já apresentadas, pede-se que sejam considerados os custos que a Licitante efetivamente paga pelos itens, uma vez que aceitar-se-á caso não haja prejuízo financeiro.

EXPOSTOS OS FATOS, que demonstram de forma clara e evidente a ocorrência de fato superveniente que justifica o reequilíbrio de preços dos itens em questão, a Licitante requer o recebimento, julgamento e deferimento do presente pedido.

Reitera-se a estima e elevada consideração para com o mui digno órgão, bem como o compromisso da Licitante com a seriedade e transparência.

Agradece-se desde já pela atenção e compreensão despendidas.


 Sedinei Roberto Stievens
 (Sócio-Administrador)

3853
3902
2

MEMORANDO INTERNO N º 05/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretoria Jurídica**Assunto:** Pedido de Reequilíbrio – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020**Interessado:** INOVAMED HOSPITALAR LTDA. ARP nº 78/2020

Encaminho para o Parecer Jurídico a solicitação da Detentora de ARP nº 99/2020, a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, às fls. 3.484/3.501, referente ao pedido de reequilíbrio dos itens 14 (alopurinol 300 mg), 116 (losartana potássica 50mg) e 155 (sinvastatina 40mg).

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 08 de janeiro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 08 / 01 / 2021

Setor Jurídico: 



38541
R
3503
ay

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e ITEM SINVASTATINA 40MG. ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DOS ITENS.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e ITEM SINVASTATINA 40MG, e alternativamente a rescisão dos itens, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e ITEM SINVASTATINA 40MG, registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 23/2020 de R\$ 0,241 para R\$ 0,376, de R\$ 0,081 para R\$ 0,0938 e de R\$ 0,109 para R\$ 0,1332, e juntou documentos em fls. 3.491/ 3.501 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e ITEM SINVASTATINA 40MG, recebido/protocolado em 08/01/2021, bem como os documentos de fls. 3.491/ 3.501 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP - Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e ITEM SINVASTATINA 40MG L, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 14 - ALOPURINOL 300 MG; 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG e SINVASTATINA 40MG L que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, fundamenta o seu pedido argumentando que houve um aumento do preço do medicamento em razão da pandemia do COVID-19 sendo este repentino e imprevisível.

8. Fundamenta o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.491/ 3.501 (notas fiscais e nota de esclarecimento).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 3.485/3.501.

11. Instrui o pedido de sua exordial com fulcro na pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia. Argumenta que houve um aumento de preço sendo necessário a sua recomposição.

3855
D
3504
g



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12. Informo que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 06 (seis) meses de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo serem estes considerados àqueles que participam do certame e em sua proposta, existindo uma diferença entre a o lucro real e o esperado.

13. Quanto a pandemia do COVID-19, é importante lembrar que o surto da doença iniciou em 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

14. Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica ante de já estar instituído a época o cenário de crise. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

15. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

16. Conforme o Tribunal de Contas da União:

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz, Dicionário jurídico, São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

17. Não demonstra em seu pedido o nexo entre estas demonstrando como esta impacta a economicamente o adimplemento da ata, apenas junta notas fiscais e afirma que parte dos insumos são de origem asiática.

18. Trata-se de um risco intrínseco ao negócio, devendo estes ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

19. Conforme manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.
(...)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

20. Assim para que a Administração admita o reequilíbrio, em um certame com prazo encurtado e que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa com o alegado. Confunde em seu requerimento o equilíbrio contratual com o equilíbrio do contratado, devendo este analisar a matriz de risco do negócio para considerar os encargos a serem suportados na atual situação econômica.

21. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas ponto, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.



22. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

23. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora, além do mais como demonstra em seu pedido, ainda a manutenção de sua margem de lucro, permanecendo esta inalterada.

24. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do Item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

25. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

26. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

27. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

28. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

II - Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 08 de janeiro de 2021.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

3.863
3513
9

MEMORANDO INTERNO Nº 08/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: Inovamed Hospitalar LTDA

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.503/3.511, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro e/ou cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG) e 155 (SINVESTATINA 40MG).

Presidente Prudente, 11 de janeiro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

3864
3512
9

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: Inovamed Hospitalar LTDA

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento dos itens registrado na Ata de Registro de Preços nº 78/2020, alegando, em síntese, aumento no custo para disponibilidade dos itens contratados/registrados.

O Setor Jurídico às fls. 3.503/3.511, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG) e 155 (SINVASTATINA 40MG), por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº 12.889.035/0001-02, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 11 de janeiro de 2021


CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

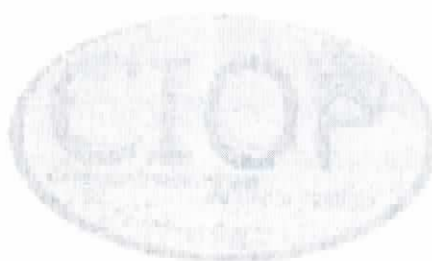
Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens 14, 116 e 155. ARP nº 78/2020. Pregão Eletrônico nº 23/2020. Interessada: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº 12.889.035/0001-02. Decisão: Delibera pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens: 14 (ALOPURINOL 300MG), 116 (LOSARTANA POTÁSSICA 50MG) e 155 (SINVASTATINA 40MG), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP, Pres. Prudente, 11 de janeiro de 2021.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG E ITEM 155 - SINVASTATINA 40MG. ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DOS ITENS.

RELATÓRIO

1. Trata-se de reiteração da solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente: ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG E ITEM 155 - SINVASTATINA 40MG, e alternativamente a rescisão dos itens, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, sob a justificativa da possibilidade da recomposição dos valores ante instabilidade no mercado e variação cambial.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço
ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; de R\$ 0,241 para R\$ 0,376;
ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG; de R\$ 0,017 para R\$ 0,0215;

ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG; de R\$ 0,081 para R\$ 0,1044;

ITEM 155 - SINVASTATINA 40MG, de R\$ 0,109 para 0,109 para R\$ 0,1332;

Registrado na ARP nº 78/2020 do Pregão Eletrônico nº 23/2020, juntando documentos em fls. 3.795/ 3.824 e fls. 3.835/ 3.865 (cópia das notas fiscais, nota de esclarecimento e dos autos).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG E ITEM 155 - SINVASTATINA 40MG, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. Trata-se de reiteração de pedidos realizados pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA no qual solicita o reequilíbrio econômico-financeiro ITEM 14 - ALOPURINOL 300 MG; ITEM 94 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG; ITEM 116 - LOSARTANA POTÁSSICA 50MG E ITEM 155 - SINVASTATINA 40MG que logrou vencedora dos itens na licitação em epígrafe e subsidiariamente a liberação de seu compromisso assumido, embasa o seu pedido com o argumento que houve um aumento do preço dos medicamentos em razão da pandemia do COVID-19 sendo este repentino e imprevisível, assim como a variação cambial no período.

6. Fundamenta o seu pedido com base na Lei de Licitações, assim como em Doutrinas. O instrui juntando documentos aos autos às fls. 3.795/ 3.824 e fls. 3.835/ 3.865 (cópia das notas fiscais, nota de esclarecimento e dos autos). Estes cópias dos já apresentados nos pedidos anteriores.

7. Eis a síntese do acostado às fls. 3.784/3.865.

8. Reitera o pedido embasando na pandemia COVID-19 e os impactos desta na economia, argumentando que houve um aumento de preço dos



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

medicamentos em razão da alta do custo de seus insumos sendo necessário a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado. Apontando na doutrina a possibilidade de sua realização.

9. Inicialmente faz necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral, ao vencedor da licitação no qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses.

10. Desta forma para a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional. Que se dá através da comprovação da ocorrência de a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

11. Entretanto, apesar da doutrina citada pelo Requerente apontar que a mera demonstração da ocorrência de um destes bastaria para a concessão do realinhamento, não é este o entendimento dos Tribunais de Contas.

12. A exemplo disto o Egrégio Tribunal de Contas da União afirmou, por meio do Acórdão nº 1.431/2017, a recomposição deve ser sempre fundamentada, com documentação que ateste a situação de forma incontestável em todo o custo global do contrato e não somente em determinados itens. Constituindo em um fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

13. Conforme o Tribunal de Contas da União:

consistente no "reajuste" irregular da Ata do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 163/2008, que tinha por objeto a aquisição de materiais de consumo para atender às unidades hospitalares da capital e demais unidades administrativas daquela secretaria. Após destacar que este Tribunal já decidiu, conforme Acórdão nº 1.595/2006-Plenário, no sentido de que "é aplicável a teoria da imprevisão e a possibilidade de recomposição do equilíbrio contratual em razão de valorização cambial", não

3869
8

constatou o relator, na situação concreta, eventual desequilíbrio contratual em razão de valorização cambial que justificasse o realinhamento efetuado de 25% para os produtos constantes do Lote IV. Frisou tratar-se o presente caso de "revisão" ou "realinhamento" de preços, em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada de circunstâncias meramente inflacionárias. Considerando, no entanto, a baixa materialidade do débito apurado em contraposição aos custos que envolveriam a adoção de procedimentos adicionais para buscar o ressarcimento do dano, e considerando, ainda, o princípio da economicidade, deliberou o Plenário, acolhendo proposição do relator, no sentido do arquivamento dos autos, sem prejuízo de determinação à SESACRE para que na análise de pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos custeados com recursos públicos federais, fundamentados na ocorrência de fatos econômicos imprevisíveis (álea extraordinária), observe se estão presentes os pressupostos da concessão do direito previsto no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93, quais sejam: a) elevação dos encargos do particular; b) ocorrência de evento posterior à assinatura da ata de registro de preços; c) vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; e d) imprevisibilidade da ocorrência do evento. Acórdão n.º 25/2010-Plenário, TC-026.754/2009-8, rel. Min. Benjamin Zymler, 20.01.2010.

14. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui a seguinte jurisprudência:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

15. Inclusive decidindo recentemente sobre o caso nos seguintes termos:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

16. Conjugando o suso exposto, denota-se que a possibilidade do reequilíbrio econômico-financeiro, apesar de ser possível, não é uma forma recomendável a Administração vez ser uma ferramenta excepcional. Para tanto é necessário de uma comprovação contumaz da alteração dos preços em razão da pandemia.

17. Demonstrando toda a alteração dos valores no mercado, a apresentação de notas fiscais tão somente comprova uma relação jurídica da qual o licitante faz parte, não demonstra o alegado a Administração. Assevero também que a utilização de documentos já apresentados e datados torna ainda mais dificultoso aceitar a instabilidade do preço, pois os mesmos são datados de dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

18. Assim para que a Administração admita o reequilíbrio em um certame com prazo encurtado e que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa.

19. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço e cancelamento da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Também pelo fato de alguns itens já terem sido solicitado o seu reequilíbrio, o reitera e mantém o valor pedido anteriormente.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

20. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência do alegado, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

21. Trata-se de reiteraões da solicitação importante enfatizar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

22. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda*



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

do tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração". É de se considerar que "ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

24. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração". É de se
25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Presidente Prudente/SP, 08 de abril de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 66/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.866/3.875, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro e/ou cancelamento dos itens: 14 – ALOPURINOL 300 MG; 94 – HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG; 116 – LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG e 155 – SINVASTATINA 40 MG.

Presidente Prudente, 09 abril de 2021.



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 78/2020

Interessado: Inovamed Hospitalar LTDA

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento dos itens registrado na Ata de Registro de Preços nº 78/2020, alegando, em síntese, a possibilidade de recomposição dos valores ante instabilidade no mercado e variação cambial.

O Setor Jurídico às fls. 3.866/3.875, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento dos itens: 14 – ALOPURINOL 300 MG; 94 – HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG; 116 – LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG e 155 – SINVASTATINA 40 MG, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no **Parecer Jurídico** e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de abril de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP

3878
P



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens 14, 94, 116 e 155. ARP nº 78/2020. Pregão Eletrônico nº 23/2020. Interessada: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.889.035/0001-02.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento dos itens: 14 – ALOPURINOL 300 MG; 94 – HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG; 116 – LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG e 155 – SINVASTATINA, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 09 de abril de 2021.

